

6
R

PROFESSOR LOURENÇO FILHO

M-1146
P-2
Cx A.

NECESSIDADES BÁSICAS DO PRÉ-ESCOLAR

Conferência Lida no I Encontro
Inter-Americano de Proteção ao
Pré-Escolar — Rio de Janeiro,
21/28 Julho de 1968.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR
Setor de Relações Públicas
Publicação n.º 8
1968

M.1146

P.2

UNIPER

PROFESSOR LOURENÇO FILHO

NECESSIDADES BÁSICAS DO PRÉ-ESCOLAR

Conferência Lida no I Encontro
Inter-Americano de Proteção ao
Pré-Escolar — Rio de Janeiro,
21/28 Julho de 1968.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

Setor de Relações Públicas

Publicação n.º 8

1968

ras. Faz parte do Comit -Diretor da "Associa o Internacional de Psicologia Aplicada".

São suas obras principais: "Ju zeiro do Padre Cícero", 1926; "Introdu o ao Estudo da Escola Nova", 1929; "Testes A B C para maturidade da leitura e escrita", 1933; "Tendências da Educa o Brasileira", 1953; "A Pedagogia de Rui Barbosa, 1952; "Educa o Comparada", 1961; "Organiza o e Administra o Escolar", 1963; "Guia do Mestre para o ensino da leitura, 1968. Ademais,   autor de uma dezena de obras didáticas, e de numerosas monografias de pedagogia e psicologia, publicadas em várias línguas pela UNESCO e a organiza o dos Estados Americanos, e outras editadas pela Universidade de Londres. De suas obras principais a maioria está traduzida, duas das quais em  rabe.

Ao ser aposentado, a universidade lhe concedeu o título de "Professor Emérito"; a Associa o Brasileira de Educa o, com a colabora o de vinte de seus colegas e antigos alunos, organizou e f z publicar um livro-jubilar; e o Govêrno Federal inscreveu-lhe o nome na "Ordem Nacional do Mérito Educacional", por serviços prestados   Diretoria do Ensino do Exército, recebeu a "Medalha do Pacificador"; e, por outros trabalhos, a medalha de Ruy Barbosa e a de S lvio Romero. Em 1963, a Funda o Moinho Santista lhe concedeu o "Pr mio Ciência da Educa o", e, em 1965, a Funda o Visconde de Pôrto Seguro lhe outorgou o "Pr mio Educa o".

APRESENTAÇÃO

Sendo um dos órgãos promotores do I Encontro Interamericano do Pré-Escolar, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor ofereceu aos participantes do conclave o magnífico trabalho elaborado pelo Professor Lourenço Filho, subordinado ao tema "Necessidades Básicas do Pré-Escolar", e que se constituiu numa das conferências básicas da reunião.

Agora, ao publicar o mesmo trabalho em sua coleção básica, a FNBEM o coloca ao alcance do grande público que acompanha e participa de sua política do bem-estar, certa de que assim presta mais um serviço aos que se acostumaram a receber sucessivas contribuições da grande cultura de Lourenço Filho, expoente em assuntos de educação no Brasil.

MÁRIO ALTENFELDER
Presidente da FNBEM

UMA CARTA

Não se encontrando, no momento, em perfeitas condições de saúde, o ilustre Professor Lourenço Filho confiou ao Diretor de Estudos, Normas e Pesquisas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Dr. Flamarion Costa, a incumbência de ler, perante o plenário do I Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-Escolar, o seu trabalho "Necessidades Básicas do Pré-Escolar".

O texto da carta em que o educador formula o convite ao Dr. Flamarion merece ser lido:

Rio, 16/7/68

Prezado amigo Dr. Flamarion Costa,

Não é impunemente que se chega a uma idade tão propecta como aquela em que padeço. . . É assim como que uma idade *post-escolar*, de precárias condições, que já não permite alegrias como as da participação pessoal em belas reuniões de estudo, como o "Encontro", que se vai abrir domingo.

Peço por isso, ao meu caro amigo, se possível, o favor de ler a modesta contribuição que preparei, e, assim também, que manifeste à ilustre Comissão de Direção dos Trabalhos os meus aplausos pela grande iniciativa; e mais, que aos ilustres participantes do "Encontro" transmita as minhas saudações muito cordiais.

Estou sinceramente convencido de que essa grande reunião virá marcar uma nova era nas questões de educação dos países latino-americanos. De regra, neles estão os governos tão somente in-

interessados na formação da "fôrça de trabalho", ou da mão de obra. Claro que isso é importante, com a condição prévia de se tratar da formação *humana*. Essa realidade se impõe sempre que se examine a situação dos pré-escolares nos países em desenvolvimento. A pureza da água sempre mais se apura junto às próprias fontes...

Muito grato pela atenção que possa dispensar ao meu pedido, aqui lhe envio um afetuoso abraço,

LOURENÇO FILHO

NECESSIDADES BÁSICAS DO PRÉ-ESCOLAR PRELIMINARES

O nome "Encontro", aplicado a reuniões de estudos como esta, sugere aproximação cordial entre pessoas e grupos, para confronto de dados, idéias e opiniões sobre um determinado tema. Neste caso, êle indica um problema de ordem prática, que a numerosos grupos interessa. Pais, educadores, médicos, enfermeiras, assistentes sociais, recreadores, sociólogos, psicólogos, nutricionistas, arquitetos, administradores todos aqui se reúnem, animados do desejo de examinar a complexa questão, assim redigida: "Como organizar serviços que atendam às necessidades básicas do pré-escolar nos países em desenvolvimento".

Nesse enunciado, duas partes há, muito claras. Uma se reveste de caráter instrumental, a organização de serviços. A outra toca à substância mesma deles, qual seja a caracterização prévia daquelas necessidades, no terreno específico dos países "em desenvolvimento". Parece evidente que, na medida em que nos entendermos sobre elas, assim nos entenderemos sobre os serviços a serem organizados.

No campo de estudo e experiência peculiares a cada grupo aqui representado, não haverá a menor dúvida nisso. No âmbito de sua própria especialização, cada um de nós, em sã consciência pode indicar o que será útil fazer, como fazer e por que fazer. Mas convenhamos que a questão que se propõe não é exatamente essa. O objetivo é caracterizar, pesar e balancear tôdas essas indicações, para que se definam diretivas e normas de serviços de possível e eficiente aplicação, nos países a que se fêz menção. Assim, nenhuma fórmula de caráter puramente teórico virá a ter perfeito sentido, e igualmente, nenhuma de caráter pessoal. A solução terá de

resultar do esforço conjugado de todos, no melhor espírito de colaboração.

Só nesse sentido, é que a digna Comissão Organizadora deste "Encontro" houve por bem destacar alguns poucos assuntos gerais, para um primeiro desbaste, em contribuições expositivas, nelas havendo incluída esta, sobre as "necessidades básicas do pré-escolar".

Tarefa dessa índole não é fácil. Mais ou menos especializado, cada um de nós é compelido a ver o canteirinho que cultive como o mais florido e importante de todo o vasto parque de conhecimentos que ao tema interesse. Quem quer que tenha de cumprí-la, não poderá desvincular-se, de todo, de seu próprio ramo, sistema de referências e terminologia. Por outro lado, se buscar conter-se no que pareça útil à integração dos variados aspectos da matéria, não logrará, por certo, senão repetir o que de todos seja bem conhecido, repisando lugares comuns.

Não tenhais a menor dúvida de que quem vos fala neste momento, não poderá fugir a essa contingência, na qualidade de velho mestre-escola. Estejais atentos, por isso, às demasias, possíveis deslises e lapsos em que venha a incorrer, pelas razões de seu ofício. Mas, ainda assim, tem êle a confessar que é grande sua satisfação em submeter à vossa apreciação crítica algumas notas de estudo, e que honrado se sente em fazê-lo, como pequeno colaborador da "Comissão Nacional da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar", cujas atividades tão bem condizem com as do programa deste "Encontro".

O ASSUNTO, EM TESE

Devemos principiar o exame das necessidades do pré-escolar, considerando-as *em tese*, isto é, sem logo referi-las à situação particular dos países em desenvolvimento. Isso se verá depois.

Preliminarmente, há que perguntar a quem, e em que circunstâncias, poderá caber com propriedade o nome de *pré-escolar*. O recurso para isso, se se desejar uma linguagem comum, será procurar o termo nos dicionários correntes, guias que são da linguagem de todos. Foi o que fizemos, para colhêr, no entanto, uma pequena decepção.

Em sua maioria, quer editados em Portugal, quer em nosso país, os dicionários de nossa língua não registram o vocábulo. Com efeito, de doze obras da espécie, apenas quatro o mencionam, e não na categoria de substantivo, mas, de adjetivo. *Pré-escolar*, explicam, é o qualificativo que se dá ao que venha "antes da escola,

ou antes do período escolar". A noção, portanto, não tem substância própria, derivada como é de outra, a da composição dos sistemas de ensino.

Essa impressão se confirma quando compulsamos vocabulários de pedagogia. A eles também fomos, para verificar que, na maioria, igualmente silenciam a palavra. Quando a registram, logo a ilustram com o caso de um determinado país, ou de alguns poucos. Seria então aconselhável pesquisar nas grandes obras de educação comparada, a fim de obter uma conceituação de ordem geral. Nessas obras o vocábulo sempre aparece, como adjetivo, aplicado ao nome *educação*. Assim, voltamos ao ponto inicial: tal seja a nação considerada, a educação pré-escolar é devidamente descrita.

É certo que um ponto comum em tôdas existe: aquêle *pré* é sempre relativo à idade de matrícula na escola primária. *Escolar*, no caso, é o que diga respeito a êsse nível de ensino, não a outro. A idade de matrícula obrigatória não é, porém, a mesma por tôda parte. Se examinarmos a extensa obra da UNESCO, intitulada "A Educação no Mundo", aí veremos que a idade obrigatória oscila entre 6 e 8 anos, segundo os países, e que, n'alguns dêles, oscila também segundo as regiões. Mas algo menos incerto se apura: na maioria dos casos, tal idade é 7 anos. Países há, contudo, em que escolas primárias aceitam crianças em idades menores, nalguns, até de 5 anos, para distribuí-las em classes especiais, chamadas "de adaptação". Chega-se, pois, a êste curioso resultado: pré-escolar é a criança que, não devendo ir à escola primária, em milhares delas se encontram...

Essa contradição verbal é, ademais, bem marcada na estrutura escolar de muitas nações, ainda quando os pré-escolares nelas se distribuam por instituições especiais. Quereis ver?... A Inglaterra e os Estados Unidos dão às instituições para crianças de 2 a 4 anos o nome de "nursery-schools", ou, literalmente, "escolas que se assemelhem a quartos de crianças". A Bélgica, por sua vez, a tôdas instituições que recebem crianças de 3 a 6 anos designa com o nome de "écoles-gardiennes", ou seja, escolas "de guarda". Outros países usam a denominação "escola maternal" para as que acolham crianças de 2 e 3 anos, reservando o nome de "jardim de infância" para as que admitam pré-escolares entre 4 e 6 anos.

Ainda neste caso, há exceções. Na Rússia, por exemplo, as instituições para crianças de 3 a 6 anos chamam-se, tôdas elas, "jardins de infância". Na França, ao contrário, na nomenclatura oficial, prevalece o título de "escolas maternais". Suas classes é que recebem nomes diversos segundo as idades: classes de "pequenos", para as crianças de 2 a 4 anos; classes de "médios", para as de 4 e 5; e de "grandes", para as de 5 e 6, quando as de cinco apresentem maior desenvolvimento. Assim "no confuso entender dos pedagogos", como

comenta um autor francês, "pré-escolar é a criança que, não devendo estar numa escola, pode nela estar, desde que tenha o título de maternal".

A conclusão que de tudo se tira é esta: a noção de pré-escolar ou, ao menos, o emprêgo desse vocábulo aplicado como predicativo de educação, dependerá da organização escolar de cada país, tendo necessariamente de refletir costumes, tradições e mais condições sociais, contra os quais os rigores da lógica nada conseguem.

No caso particular de nosso país, isso é confirmado na legislação vigente, por um aspecto todo especial, digno de ser lembrado. Na lei geral de educação, chamada de diretrizes e bases, o nome ou o adjetivo pré-escolar não aparece. O que aí se emprega, com sucedâneo, é o adjetivo "pré-primário". A educação pré-primária, diz esse documento, é a que se dê nas escolas maternais e nos jardins de infância. Contudo, os dois artigos que tratam do assunto estão incluídos num capítulo que faz parte do título geral "Educação primária". Tem-se de aceitar, portanto, que algo que seja preliminar a uma coisa pode ser também, e ao mesmo tempo, parte integrante dela...

Juntemos agora uma observação de caráter mais amplo. Por extenso, o nome oficial da OMEP é, em francês, "Organization Mondiale pour L'Éducation Pré-escolaire". Mas, em inglês, não é assim. Nessa língua, chama-se "World Organisation for Early Childhood Education", ou, traduzindo, "Organização Mundial para a Educação da Infância Inicial", isto é, das crianças menores, tôdas elas, desde o nascimento.

Esse ponto reflete uma tendência de muitos biólogos, pediatras e psicólogos, os quais pensam que se deva estender o conceito de pré-escolar já a partir do nascimento. A justificativa para isso é que, na formação humana, à luz de novos dados da biologia e da psicologia do desenvolvimento, e, em especial, das investigações da psicanálise, os dois anos iniciais de formação têm importância fundamental.

Podemos, portanto, livremente escolher o ponto inicial da idade pré-escolar. Ainda que, na maioria dos autores, sobretudo de línguas latinas, dela se fale a partir apenas dos dois anos, (pois só então a criança vem a ser educada em instituições), nos demais, em número crescente, essa idade é contada desde que a criança nasce.

O mesmo não se poderá dizer do termo final da idade. Uns e outros accitam que esse termo é o dos sete anos. Ainda assim, a título de curiosidade, devemos citar uma exceção, sustentada, ao menos para estudos teóricos, por uma organização científica de incontestável mérito. É ela o "National Laboratory on Early

Childhood Education", da Universidade de Illinois, o qual trabalha em cooperação com serviços similares de cinco outras universidades norte-americanas. Em carta recente, que êsse Instituto enviou à nossa Comissão Nacional da OMEP, solicita-nos o seu diretor material sôbre publicações que tratem de pré-escolar no Brasil esclarecendo que as idades a serem compreendidas serão as do nascimento "até os oito *anos*". E para que não tivéssemos maior dúvida, a carta veio em duas vias, uma em inglês e outra em espanhol.

Aliás, êsse episódio serve para demonstrar que o sentido da expressão "criança pré-escolar" mais de perto está ligado aos fatos do processo de desenvolvimento de cada país, e, sobretudo, quando por êsse processo entendamos mudanças sociais criadas pela industrialização.

De fato, só quando começou a chamada "revolução industrial", na Inglaterra é que o problema de cuidados especiais a se dispensarem a crianças pequeninas surgiu também, por efeito do trabalho feminino fora do lar. Pelo esforço de filantropos, inicialmente criaram-se "casas de guarda" e "salas de jôgo", em inglês aquêles "quartos de crianças". Só mais tarde, graças em especial à pregação de Froebel, é que instituições prôpriamente educativas, mais caracterizadamente se estabeleceram, com a denominação de "jardins de infância". Na concepção de seu criador, êsses jardins não tinham apenas a função de guarda, e, sim, objetivos educacionais mais amplos; desejava Froebel que servissem não só ao desenvolvimento das crianças pequenas, como também à orientação das mães e à informação de môças que se preparassem para o casamento. Só depois é que o nome "educação pré-escolar" veio a ser vulgarizado, a fim de que os cuidados com as crianças menores não se confundissem com os de mais rígida formação, a das escolas primárias.

Pois bem. Como aquêles instituto norte-americano sabe que, em certos países latinos americanos, a matrícula nas escolas primárias só é obrigatória aos 8 anos, por dificuldades de localização delas, o que obriga os alunos a maiores caminhadas, então incluiu na classe dos pré-escolares, as criança de 7, os quais, nesse caso, só teriam formação tão sômente no seio da família e círculos de vizinhança.

Com essa observação final, queremos crer que a questão do nome pré-escolar terá ficado razoavelmente aclarada. Pois passemos agora a examinar a das necessidades básicas, que a criança pré-escolar apresenta, na verdade assunto aqui fundamental. Quais serão elas?...

Pensamos nalguma coisa como necessária, quando ela se apresenta na forma de elemento ou de condição indispensável para a obtenção de outra. Pode ser uma coisa tangível, um objeto que

se construa. Mas pode ser algo de percepção mais delicada: a realização de uma função orgânica, a conquista em graus sucessivos de todo um processo que abranja muitas funções, quer de existência natural, quer determinadas por circunstâncias da vida social.

Na primeira hipótese, não se tornará difícil enumerar elementos materiais, coisas já definidas que se agreguem, ou substâncias que entre si se combinem. É o caso das indústrias de transformação, em geral. Para que se preparem roupas, há necessidade de alguma espécie de tecido, ainda que, nas modas femininas, atuais, não de muito pano se precise. . . Nas indústrias químicas, as necessidades serão os ingredientes indispensáveis em cada caso.

Na hipótese de um processo biológico estrito, já não será assim tão fácil. Processo dessa ordem exige mudanças sucessíveis, em fases diversas. Pense-se em criar canários, por exemplo. Não bastarão casais saudáveis e alimento.

Na vida humana, maiores serão as variáveis a considerar, umas tantas de ordem hereditária, outras do ambiente, outras das próprias condições da vida social, com as suas mil e uma complicações de que o destino final será sumamente complexo. Tentemos examiná-las, no entanto, com alguma paciência.

No caso concreto, temos um processo de resultados progressivos, por ação biológica natural, em grande parte; mas, também, a concorrência de circunstâncias sociais as mais diversas, já por efeito de simples convivência, já pelo dos costumes, tradições e ação de instituições muito variadas. Aquelas primeiras estampam-se no próprio significado do nome criança: Um pequeno ser que se cria, que esteja sendo criado. A infância representa um ciclo de crescimento e maturação natural do ser humano, visível a mais simples observação donde termos de considerar necessidades básicas que começam já no lactante. Quer dizer, as de satisfação das condições imprescindíveis ao crescimento e maturação nas primeiras fases evolutivas. Tudo quanto aí interesse representa inegáveis condições *básicas*.

O aspecto formal é aí positivo. Leva-nos êle, porém, a pensar nas situações em que tais circunstâncias favoráveis não venham a existir. Daí, juntarmos elementos de previsão, na defesa contra doenças, casos de desconforto, injúrias físicas. Tudo isso representa hoje uma conquista de ordem universal, traduzida em leis, com aplicação de modernas formas da medicina social, de regulação do pátrio poder, de mais exigências relativas à constituição normal da família. A simples lembrança de que, em outros tempos, pudessem os pais decidir da vida e do destino dos filhos, por práticas consentidas de abandono e até mesmo de infanticídio, hoje nos causa sentimento de horror. Em nosso tipo de cultura, legalmente ao menos, esse ponto é pacífico para que nêle tenhamos de insistir.

Mas, é claro que, no correr do ciclo evolutivo que mencionamos, cuidados particulares se apresentam em cada fase, matéria essa sôbre a qual, os médicos, as enfermeiras, os nutricionistas, e, quanto à habitação, os próprios arquitetos, nos poderão esclarecer de modo completo. Um esquema cronológico a tal respeito não será de difícil organização. Se certas condições a preencher venham a apresentar dificuldades, isso se dará mais a contingências econômicas, ou a deficiências de ilustração dos pais, que a outra coisa. Quanto a esta parte poderão discorrer, então, os sociólogos, os analistas da vida econômica, os políticos e administradores que conosco estejam colaborando.

Seja como fôr, no que diga respeito aos valores vitais a defender, os especialistas acordam todos entre si em indicar várias fases do desenvolvimento e maturação natural. É possível traduzi-las num gráfico que apresente faixas horizontais, umas sôbre as outras, de altura variável. Tal demarcação, pode não ser exatamente a mesma nos especialistas, mas, ainda assim, pela maioria dêles é indicada em três grandes faixas: a idade do lactante, até um ano; a da primeira infância, de um a três anos; e a da segunda infância, a partir daí até os 7 anos. Isso permite seriar as necessidades básicas relativas à alimentação, à defesa da saúde, às necessidades de exercício natural.

Mas, no correr de cada uma e de tôdas essas fases, outras exigências terão de ser compreendidas, não apenas referentes ao desenvolvimento físico do pequeno animal, digamos assim, mas também relativas à organização dos comportamentos que nêles se instaurem, e que, afinal, vêm a produzir, em todo o conjunto, a criatura humana saudável, forte e equilibrada como devemos desejar.

No lactente, ao observador desprevenido, muitos pontos poderão passar, porém, sem mais perfeita compreensão. Poderá até admitir que certa indiferença psíquica aparente, traduzida por menores reações às variações do ambiente, nada signifique quanto às exigências do ajustamento da criança. A realidade, porém, é outra. Já em relação às coisas, como principalmente às pessoas. Estudos relativamente recentes, a êste respeito, não deixam a menor dúvida, já na observação comum evidentes, na relação fundamental "mãe-filho". É que aquele animalzinho fixa suas experiências, ou começa a aprender e a aprender nas formas de reações emocionais, ou nas de desenvolvimento afetivo. Aceitem-se, ou não, as teorias psicanalíticas, ou certas razões que as fundamentem, tal situação de desenvolvimento emocional está comprovado por observação controlada em orfanatos e asilos. Onde, nêles, as pessoas que devem encarregar-se de uma criança constantemente variem, no lapso de dias, ou de cada semana, satisfatórias relações interpessoais não se estabelecem; e do déficit conseqüente vêm a decorrer irregularidades funcionais, na nutrição, na regulação do sono, no desconforto vital, enfim. A base bio-

lógica, na criança, não poderá ser linearmente separada das demais condições de desenvolvimento, quanto à primeira vista se possa pensar. E mais: estudos de seguimento, ou acompanhamento desses casos, têm demonstrado também perturbações de igual ou maior gravidade nas idades seguintes, tais como retardamento mental, irregularidades de conduta, senão resultados mais graves. Fala-se por isso de um "síndrome de hospitalização", de estados depressivos, ou já de psicopatias bem caracterizadas.

Dêse ponto nos falarão, por certo os pediatras, os psiquiatras da infância, os psicologistas, os assistentes sociais.

No período seguinte, entre 1 e 3 anos, descrito como o da primeira infância, o mesmo processo de condicionamento emocional exigirá iguais cuidados. Sua expressão agora será mais completa, admitindo fatos da aprendizagem na exploração do meio físico, que se torna crescente pela evolução das formas com que a criança vem a locomover-se, até a conquista da estação vertical; e, com isso também, em domínio paralelo, da maior importância que é a aquisição de diferentes formas da linguagem.

Sobre aquelas faixas horizontais do gráfico, a que aludimos, manchas verticais deverão ser acrescentadas, para representação do que poderemos chamar desenvolvimento perceptivo, em formas de discriminação cada vez mais delicadas. Não se separam elas, no entanto, da vida afetiva. As necessidades básicas aí se tornam mais complexas, assumindo formas inumeráveis, porque individualizadas, ou variáveis em seu ritmo, de uma para outra criança.

A criança observa, percebe, compara, denomina. Observa mais as diferenças que as semelhanças, é certo; mas, ainda assim, inicia a criação de um mundo interior, um domínio próprio de noções que tendem a sistematizar-se, sem que se isolem das repercussões afetivas, no apêgo a pessoas do que continuará a ser dependente. Necessidades essenciais são aí também as de espaço livre, de contacto com as coisas e de convivência com o maior número de pessoas.

Na fase seguinte, a da segunda infância, dos três aos 7 anos, esse trabalho expande-se e aprofunda-se, se tais condições básicas forem convenientemente atendidas. A linguagem crescerá, não só na quantidade de palavras, mas em variações qualitativas. A criança então interioriza a sua fala, isto é, vem a poder conversar consigo mesma. A importância desse fato parece fundamental na revelação do que se convencionou chamar a consciência da criança sobre a própria identidade dela. O menino ou menina, que dantes a si mesmo se referia na terceira pessoa gramatical, passa agora a fazê-lo na primeira, assim assumindo um mais distinto papel entre aqueles com quem conviva. De tudo isso, nos dirão os psicólogos especializados no estudo dessa idade, os educadores especializados nos jardins de infância, e os recreadores, em geral.

Com o desenvolvimento da linguagem, o pré-escolar passa a usá-la não só em sua função designativa, mas em outra, a que se pode chamar projetiva. Tal função vem a servir à regulação íntima da vida da criança, ou, mais exatamente, a compor certa dinâmica de personalidade em afirmação. Na função designativa — “cada coisa tem um nome” — a linguagem se interpõe entre os impulsos e desejos da criança e o estranho mundo dos adultos. Os desejos, são dotados de grande força expansiva, compondo-se e recompondo-se de muitas formas, dominadas pelo “princípio de prazer”. A vida dos adultos, ao contrário, parece-lhe limitada, pobre, sumamente incômoda. Exercendo a função projetiva, a criança encontra o seu próprio reino, todo banhado de sonho e fantasia.

A linguagem, nessa função, de fácil observação, depois dos 4 anos, tem manifesta forma egocêntrica, que não se confunde com a comunicação social, a da “gente grande”, realmente aborrecida. É a imaginação, por isso mesmo, que faz o encanto dos jogos, ou brinquedos do sentido social, nessa idade e nas seguintes. Brincar é, uma necessidade básica da criança.

Devemos notar que os esforços de desenvolvimento não só se revelam em expressões quantitativas, mas, qualitativas, a cada uma das fases. Sobre tal matéria nos ilustrarão os psicólogos, os educadores, e assim também os pais mais dotados de observação.

É possível, por exemplo, que estes nos falem de certas *crises* da evolução infantil. Uma delas parece dar-se aos 2 anos e meio, crise de afirmação individual, precisamente porque então a criança descobre a primeira pessoa da conjugação verbal. Outra dá-se aos 6 anos, quando aquêl mundo de livre imaginação começa a ser rapidamente transformado pelas exigências de adaptação às realidades da vida dos adultos. Então, nessa crise, a criança vem a manifestar humor muito variável. Chora e ri ao mesmo tempo; é ativa, sem ordem; capaz de empreender um projeto, sem nêle persistir; susceptível de ceder aos impulsos de criar e destruir, como aos de — amar e odiar... Também nessa crise a criança é mais vulnerável a transtornos alérgicos e moléstias infantís.

Próximamente aos 7 anos, raramente depois disso, essa situação crítica se dissipa, completando-se assim a idade pré-escolar sob forma de maior docilidade, rápida evolução da linguagem socializada, e, com isso, desenvolvimento intelectual relativamente rápido.

Então, poder-se-á perguntar: com apoio nessas observações de ordem geral, será dado formular algumas conclusões metodológicas sobre as necessidades básicas do pré-escolar? Pensamos que sim.

A primeira, relativamente simples, é que, embora possamos e devamos analisar os aspectos biológicos, psicológicos e sociais, dantes referidos, todos êles terão de ser considerados num mesmo e inextricável conjunto. Na realidade, a criança representa uma *unidade fun-*

cional em que todos êsses aspectos se articulam. A segunda é que a infância não pode ser descrita como uma preparação suave, nem pacífica, nem de todo regular, ainda que as necessidades básicas sejam de todo satisfeitas. Na fase de pré-escolar, são inevitáveis pequenos conflitos, contradições, e, por vêzes, indícios de regressão. Mas é certo que tudo isso será agravado se acaso as necessidades básicas não foram atendidas. Disso não se tenha dúvida.

Considerando a unidade funcional que a criança representa, vários psicólogos, educadores e psicoterapeutas têm procurado modos e formas de reunir todo o conjunto das necessidades do pré-escolar, tais como êle próprio as possa sentir, e como êle nos revelaria se acaso pudesse utilizar a nossa linguagem. Confrontando vários dêsses esquemas, assim os poderemos resumir naquilo que de essencial oferecem:

1.º) A criança tem necessidade de segurança material e emocional, antes de tudo. Não deve sentir fome, nem sede, nem desconforto; não deve sentir ameaça à sua integridade física; deve dispor de espaço livre para exercício natural de suas atividades. Mas, igualmente, não deve sentir-se rejeitada, abandonada a si mesma, entregue à sua fragilidade;

2.º) A criança sente necessidade de ser estimada pelos pais, parentes e mais pessoas com as quais conviva; em sentido contrário, é impelida a dedicar afeto a cada uma e a tôdas essas pessoas; amar e ser amado, eis a sua lei;

3.º) O ponto referido salienta a importância de relações *interpessoais*, íntimas e profundas; elas começam na relação "mãe-filho" para se alargarem depois, visto que a criança também sente necessidade de estar incorporada a grupos, o da família, os de recreação, os da vizinhança, como mais tarde ao da escola a que venha pertencer;

4.º) A criança tem necessidade de imaginar, de inventar, de compor o seu próprio mundo, na busca de um equilíbrio, sempre instável, entre impulsos, desejos e interesses; donde a necessidade de brincar, de recrear-se, convindo que se entenda esta palavra em seu sentido etimológico, que é o de "criar de nôvo", encontrar nôvo equilíbrio, renascer com êle;

5.º) Enfim, a criança sente necessidade de gradativamente alcançar formas de pensar coerentes, a fim de que, sôbre a segurança material e emocional, passe a existir segurança *intelectual*. Só nessa forma, poderá acéitar os valôres lógicos, estéticos, morais e religiosos, que a cultura ambiente procure incutir-lhe. Afinal, assim é que se sentirá na qualidade de pessoa normalmente incorporada ao ambiente, como ser autônomo, capaz de decidir-se por si mesmo, nos limites das fases de desenvolvimento que atravessasse.

O PROBLEMA NOS PAÍSES "EM DESENVOLVIMENTO"

Nessa forma é que nos falaria o pré-escolar, se êle pudesse utilizar-se de nossa linguagem — e isso, em tese, quer dizer, em qualquer tempo e lugar. O caso concreto que se nos apresenta, no entanto, é referente a suas necessidades nos países "em desenvolvimento", razão porque devemos a tudo isso situar na situação desses países, de modo especial. Para isso, teremos de caracterizá-los, sobretudo em relação às condições de vida que ofereçam às crianças pequenas.

Que, de especial, marcará a vida infantil em tais países?... A expressão "em desenvolvimento", ou "em vias de desenvolvimento" visa marcar uma posição por assim dizer intermediária entre a das nações *subdesenvolvidas* e a das nações *desenvolvidas*. Provieram as noções correspondentes de confronto de umas e outras, tornado mais nítido no cenário internacional, logo após a Segunda Grande Guerra, iniciada como sabemos em 1939, ou há menos de trinta anos. Criada a Organização das Nações Unidas, passaram seus órgãos técnicos a analisar como e por quê uns tantos países se apresentavam pobres e atrasados, ao passo que outros, não.

Certos caracteres gerais puderam ser fixados como constantes nas regiões subdesenvolvidas, e assim resumidos: subalimentação; baixo índice de higiene; elevada taxa de analfabetismo; alta mortalidade infantil; taxas elevadas de natalidade; utilização da maior parte das pessoas válidas, ou da população ativa, em atividade do setor econômico *primário*, isto é, na agricultura, caça e pesca, e coleta extrativa, tudo em nível rudimentar, com subemprego ou desemprego; conseqüentemente, pequena poupança, pobreza geral.

Ainda que todos êsses aspectos se apresentassem de maneira variável, de um país para outro, o que se podia verificar como expressão de síntese era, em todos êles, a reduzida capacidade de produção, apurada pelo índice de produtividade média de cada habitante. E isso se podia ter, dividindo-se o valor da produção geral de bens e serviços, a cada ano, em cada país, pelo número total de seus habitantes. Assim, não seria difícil distribuir os países em dois grupos, os *desenvolvidos* e os *subdesenvolvidos* segundo êsse índice, e da renda *per capita*.

Mas, decorridos poucos anos, os especialistas da matéria passavam a verificar que essa divisão dicotômica já não poderia bastar. O próprio fato de se ter levado a situação de guerra a povos da Ásia e da África, e a de se haver pôsto em alerta os da América Latina, havia de produzir algo de muito sério; "efeito de demonstração". De fato, os implementos da luta, ou os de preparação para ela, em armas, meios de transporte e comunicação, hospitais de campanha, formas de alimentação balanceada distribuída às tropas, e

enfim, as mais diversas aplicações da moderna tecnologia, mesmo nos povos mais atrasados permitiu a visão de novos modos de viver e de produzir, de organizar o trabalho, de transformar, enfim, certas práticas tradicionais menos produtivas.

Vários países assim vieram a entrar no caminho do desenvolvimento tecnológico, constituindo aquela terceira classe, a intermédia, a de povos "em desenvolvimento". De modo geral, a ela hoje estão pertencendo os países latino-americanos, ainda que tal transformação nêles não venha a ocorrer, nem isso seria possível, em tôdas as suas regiões ou em tôda a extensão dos respectivos territórios.

Como caracterizar essa nova situação, ou os processos de tal mudança, em si mesmos e suas conseqüências, tendo em vista o esclarecimento de nosso tema geral? . . . A nosso ver, do seguinte modo: o ponto essencial, salientado pelos analistas era o da organização econômica, para mais eficiente produção de bens e serviços. Nos países atrasados, como já se fêz referência, uma das características era a elevada percentagem da população ativa (ou seja, a das idades entre 15 e 16 anos), ocupada nas atividades chamadas do setor primário, isto é, nas da agricultura, pecuária e mineração. Nos países desenvolvidos, uma aplicação bem diferente realmente existia, pois êsse contingente era sempre relativamente menor, aproveitando-se boa parte da população ativa em atividades do setor econômico classificado como secundário, o de manufaturas, e fábricas dotadas de aparelhamento moderno, com as suas poderosas máquinas de produzir com rapidez mercadorias em série.

Estas últimas formas de trabalho começariam por modificar a distribuição dos grupos da população nos países em desenvolvimento, deslocando-os dos núcleos rurais para os núcleos urbanos ou cidades. Tal adensamento, como é óbvio, facilita a organização do comércio, como também os dos demais serviços de desenvolvimento social: os de prevenção de doenças, melhores e maiores oportunidades de educação popular, distribuição de justiça, de todos os serviços de organização político-administrativa, enfim. Tais serviços compõem o chamado setor econômico *terciário*. Por si mesmos, êles não produzem bens materiais, ou mercadorias, mas procuram melhorar a situação geral da vida do povo, por mais eqüitativa distribuição, direta ou indireta, do produto total de cada país. Claro que essa era, e é, a conclusão de ordem geral obtida pelo confronto das situações existentes nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Mas, quando certo número dêsses últimos entram no caminho do desenvolvimento, o processo não se opera de modo gradativo e normal, quanto a cada uma e tôdas as condições indicadas. A marcha para o desenvolvimento é penosa. Devia produzir, como está produzindo, mudanças perturbadoras, não só no terreno propriamente econômico, mas, no domínio social. Elas não se dão por etapas, que se possam bem graduar e regular. Dão-se com perturbações algo dramáticas.

Tomemos, para exemplificar, pois diretamente interessa ao nosso tema, o deslocamento de grandes grupos dos povoados rurais para cidades, nestas existam ou não, condições adequadas. Um dos resultados expressivos desse deslocamento é representado, de um lado pelas favelas, e de outro, pela habitação vertical, em grandes edifícios de minúsculos apartamentos.

Essa simples mudança de ordem física na habitação acarreta condições de ordem negativa para a vida dos pré-escolares em sua saúde, como nos contactos favoráveis a um mais equilibrado ajustamento na família e na vida social, em geral. Não será preciso insistir nesse ponto, tanto é de fácil observação.

Não representa, porém, o único. A atração daqueles grandes grupos de população, deslocados dos campos, dá-se pela perspectiva de melhores salários nas fábricas e oficinas, nas lojas e escritórios ou naquelas espécies de trabalho do setor secundário e terciário. Com isso, o trabalhador tem de passar muitas horas fora do lar, seja homem ou mulher. Em consequência, alteram-se seus modos de vida, seus costumes. No campo, via de regra, mantém-se o tipo da família extensiva, caracterizada pela presença de elementos de mais de duas gerações e de colaterais, num mesmo lar; nêle não só residem os pais e filhos, mas também avós, tios e agregados. Assim, ainda que aí trabalhem fora do lar, outros familiares podem acorrer a necessidades básicas das crianças pequenas.

Nas cidades, a família inevitavelmente tende a reduzir-se ao tipo chamado *nuclear*: pais e filhos, apenas. Se aquêles tenham de ocupar-se em seu trabalho, na maior parte do dia fora do lar, os filhos, desprovidos de sua presença, são prejudicados na respectiva formação. No caso dos pré-escolares, em especial, fácil é compreender os resultados dessa involuntária forma de abandono moral. Não é êle determinado pelos padrões de cultura dos pais e mães, mas, resultado das circunstâncias do processo iniciado.

Seja como fôr, êsse mesmo fato não pode deixar produzir ansiedade e angústia nos adultos, ponto de origem de conflitos familiares, desentendimento entre cônjuges, separação pura e simples, desquite ou divórcio, onde êste instituto exista. Não é difícil concluir pelos prejuízos da reta formação a desejar-se nas crianças, em todos êsses casos, em qualquer idade, mas notadamente, na fase pré-escolar. Despojados do espaço físico e de sentimento de segurança material, passam êles também a perder o de segurança emocional, sempre tão importante, como tivemos ocasião de assinalar.

E não será tudo. A transformação dos tipos de produção, ou aquela rápida mudança, das atividades de um setor para outro, do primário para o secundário, em grande número de casos, vem a exigir uma publicidade forçada, a fim de que em todos os grupos da

população possa ser estimulada a compra. Têm-se de criar necessidades dantes não sentidas, e, em grande parte, suntuárias. Nesse ponto, a moderna tecnologia avançou também, com o cinema, o rádio, a televisão, as modernas formas gráficas. A necessidade da grande indústria em criar clientes leva a desejar espectadores, ouvintes e leitores no maior número possível, ainda que à custa de um nivelamento por baixo, de tôdas essas formas de recreação, ela própria industrializada. E isso se tem dado, infelizmente, com um espantoso teor de relatos e imagens em que o erotismo e a violência são os ingredientes usuais. Os países em desenvolvimento para isso recebem material "enlatado", proveniente de nações desenvolvidas; mas, logo também, passam a copiá-lo, ainda que, como resultado, se possam ferir os sentimentos tradicionais do povo, suas formas corretas de linguagem, os sentimentos de equilíbrio social, ou mesmo de elementar moralidade.

Ao observar as crianças de agora, com muita frequência, não as vereis ocupadas em jogos pacífico, como delas não ouvireis lendas infantis, ou poéticas canções de ninar. O que vereis são brinquedos que insistem em sugestões de violência; e o que ouvireis será a reprodução de anúncios musicados de bebidas e produtos "de beleza"... Estarão essas crianças sendo atendidas em suas necessidades básicas de desenvolvimento normal, de equilíbrio emocional, de reto ajustamento enfim?...

Claro que não, e nisso também não será preciso insistir. Só não verá, ou não ouvirá quem não queira. E o pior é que tudo isso não se passa só em grandes cidades, mas, nas de tipo médio, e também em pequenos núcleos mais distantes dos grandes centros, graças aos receptores de pilhas.

Como resultado geral, está sendo perdida aquela estabilidade indispensável aos padrões culturais ou aos valores sociais e morais, antes de tudo; com isso também, os mais elementares padrões lógicos, pela corrupção da linguagem; os da harmonia estética, pelos exemplos de mau gosto; e, afinal, os sentimentos de compreensão humana, sem os quais não será possível pensar num equilibrado desenvolvimento das crianças.

Serão essas conclusões apenas de um velho educador, talvez perfeitamente "quadrado"?... Parece que não. Ainda há poucos dias, numa entrevista à imprensa, um dos grandes arquitetos patricios, o Sr. Sérgio Bernardes, que de modo algum pode ser acoidado de retrógrado, dizia o seguinte, analisando a vida das cidades: "na vida atual, primeiro vem a máquina; depois, o homem; só por último a criança. Está tudo errado, é preciso recomeçar de novo..." E, mais adiante. "É o cárcere em casa; é a neurose da vida-moderna; a poeira, a fumaça, o barulho, a pressa..."

Essas impressões, por observação de nosso meio, condizem, aliás, com o espírito de um livro de grande êxito, publicado vai para vinte anos, nos Estados Unidos. Quereis saber o título dêsse livro? . . . Pois é este, nem mais nem menos: "O sacrifício dos inocentes".

CONCLUSÃO

Devemos concluir, agora propondo a matéria de maneira sintética. A compreensão das necessidades das crianças pré-escolares inicialmente veio da observação de carência nas condições relativas à conservação da vida, ao bem-estar orgânico e à facilitação de progresso nos modos habituais de sua conduta. Eram as de simples crescimento físico, que repetia um dístico de Spencer: "formar na criança um bom animal".

Alargou-se, depois, no estudo de modificações fisiológicas e de coordenação funcional, necessárias a conjuntos de comportamentos de adaptação, por maturação e aprendizagem. Eram as de desenvolvimento mental, no sentido genérico de tal expressão.

Mais recentemente, analisadas mais a fundo, essas exigências de formação passaram elas a ser compreendidas em tóda a sua unidade, num lastro comum, o do desenvolvimento emocional. Esse lastro, logo se verificava, relacionava-se com as expressões do próprio bem-estar físico, como também com o desenvolvimento intelectual. Condições do legado hereditário continuam a ser levadas em conta, menos, porém, do que dantes se supunha.

Básicamente, o desenvolvimento emocional estará na dependência de relações interpessoais, que se iniciam na relação "mãe-filho", e que vem a ampliar-se depois nas relações com o grupo familiar, todo êle, com os grupos de recreação na vizinhança, ou já em instituições educativas. Admite-se que essa trama de relações componha o que psicólogos, das mais diferentes tendências, sociólogos e antropólogos vieram a chamar "personalidade básica", e que não se deverá confundir com a estrutura chamada "personalidade modal", característica de grupos, não de cada ser individualmente considerado. Parece certo que, por aquela, se constitui um sistema específico de ação, algo fundamental na maneira de sentir, pensar e agir de cada criança, com influência em todo o transcurso da vida, no adolescente, no adulto.

Não é menos certo que as formas de vida social, amplamente consideradas, delimitam, orientam, reforçam ou debilitam as tendências de ação que daquela formação inicial provenham. Não as invalidam, porém, ou não refundem de todo o *estilo de vida*, então traçado, expressão essa particularmente cara a certa corrente da psicanálise.

Nisso tudo, a influência dos padrões de cultura, variáveis em cada lugar e cada tempo, é reconhecida, não só pelo conteúdo, como, em especial, pela estabilidade que apresentam, geração a geração. Tanto mais estáveis, mais concorrerão para uma compreensão prática das necessidades básicas da criança. Tanto mais instáveis, ou menos coerentes, mais farão pais e filhos.

A documentação dêsse fato encontra-se na situação atual dos chamados "países em desenvolvimento", complexa e tumultuária. Os pais se formaram dentro de padrões estáveis, que ora vêm abalados ou de todo ameaçados. De um lado, há condições adversas, a começar pelas da habitação, que dificultam o preenchimento de certas necessidades básicas. De outro, as condições de trabalho, e não já em determinados níveis sócio-econômicos, mas em todos, sem exceção. Esse o quadro geral que nos países "em desenvolvimento" se pode observar com maior gravidade, mas de que também não escapam países desenvolvidos.

Ainda bem que, em face dêsse quadro, entidades culturais, assistenciais e econômicas, quer oficiais, quer privadas, ora se põem em estado de alerta, como nos dá prova êste "Encontro". Será preciso que o engenho do homem, que se lançou à aventura da civilização tecnológica em que vivemos, e que o ameaça destruir, crie os remédios para os desequilíbrios e males que não se podem negar.

Sim, a tarefa é imensa, e as dificuldades a vencer, densas e numerosas. Mas, se assim não fôra, nem mesmo aqui estariam tantas e tão ilustres personalidades, do país e do estrangeiro, animadas de um mesmo generoso impulso. Embora nem tudo se possa resolver, será possível começar o bom combate. Ou, como já dizia Confúcio, acender uma vela, e não, em desespero, apenas deblaterar contra a escuridão...

Resta-nos, Senhoras e Senhores, agradecer-vos a delicada atenção e renovar excusas pelas deficiências desta perlenga. Outro valor não terá ela senão insistir na idéia de que se deverá cuidar da formação humana, ainda, e quando mais não seja, como condição prévia de boa "fôrça de trabalho", ou da preparação da mão-de-obra, certo que indispensável nos países em desenvolvimento, não, porém, solução bastante.

Essa é a lição que nos transmitem os pré-escolares, em sua própria fragilidade e natural pureza, quando os estudamos. É sempre junto às fontes que a linfa se mostra mais límpida... Isso se dá em todos os casos. Em todos, e, por isso também, aqui e agora.

Em 15-7-68

Lourenço Filho

A VIDA DE TRABALHO E CULTURA DE LOURENÇO FILHO

Lourenço Filho, (Manoel Bergstrom Lourenço Filho), nasceu em Porto Ferreira, São Paulo, em 1897. Estudou em duas escolas normais, fez parte do curso de medicina, e, por fim, o de ciências jurídicas e sociais. Em seu Estado natal exerceu o magistério primário, o secundário e o superior e aí dirigiu o Departamento de Educação. Intercorrentemente, nos anos de 1922 e 1924, foi comissionado para reorganizar a instrução pública do Estado do Ceará.

Em 1932, convidado para chefiar o Gabinete do Ministro da Educação, transferiu-se para o Rio de Janeiro, aqui tendo exercido os seguintes postos: Professor e Diretor do Instituto de Educação (1932-38); diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938-45); diretor geral do Departamento Nacional de Educação (1947-51); professor de psicologia educacional da Faculdade Nacional de Filosofia (1947-57), cargo êste em que se aposentou, após trinta e oito anos de serviço público.

Presidiu a antiga Sociedade de Psicologia Individual; a Comissão Nacional de Literatura Infantil; o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Comissão Nacional da Unesco); a Associação Brasileira de Educação; e a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. Participou dos trabalhos do antigo Conselho Nacional de Educação por muitos anos. Pertence à Comissão Nacional da Organização Mundial para a Educação do Pré-Escolar.

É membro titular da Academia Paulista de Letras; membro estrangeiro da "Société Française de Psychologie"; membro da "American Educational Research", e do "National Council on Measurement in Education", além de outras entidades científicas estrangei-



Composto e Impresso na Gráfica Editora Livro S. A.
Rua Prof. Olímpio de Melo, 1460 — Tel. 48-5057 - Rio, GB
1968

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

SETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

— RELAÇÃO DE PUBLICAÇÕES —

- I — **A NOVA POLÍTICA DO BEM-ESTAR DO MENOR**
— Dr. Mário Altenfelder
- II — **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA**
Organização das Nações Unidas
- III — **O FORTALECIMENTO DA INSTITUIÇÃO FAMILIAR**
Prof. Francisco de Paula Ferreira
- IV — **DIRETRIZES DA POLÍTICA DO BEM-ESTAR DO MENOR**
- V — **DIRETRIZES E NORMAS PARA APLICAÇÃO DA POLÍTICA DO BEM-ESTAR DO MENOR**
- VI — **A HERANÇA QUE O SAM DEIXOU — SEIS MESES DEPOIS**
— Glauco Carneiro.
- VII — **A CODIFICAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA**
— Prof. Francisco de Paula Ferreira
- VIII — **NECESSIDADES BÁSICAS DO PRÉ-ESCOLAR**
— Prof. Lourenço Filho

AVULSOS

- A — O que é e o que planeja a nova Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.
- B — Infância e Juventude no Desenvolvimento Nacional
— Fundo das Nações Unidas para a Infância.

REVISTA

BRASIL JOVEM — órgão oficial da FNBEM

Pedidos para o Setor de Relações Públicas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — Rua Visconde de Inhaúma, 39-5.º andar — Fone 23-9115

PEDE-SE PERMUTA — PIDESE CANJE — ON DEMANDE L'ÉCHANGE — WE ASK FOR EXCHANGE — ONI PETAS INTERSAGNON — SI RICHIEDE RICAMBIO.